

EDUCAÇÃO / SAÚDE

E

FRACASSO ESCOLAR:

RETOMANDO A DISCUSSÃO

96

**UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO-UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS (CCH)
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
DISCIPLINA MONOGRAFIA II**

REITOR : Sérgio Luiz Magarão
VICE-REITOR: Hans Jurgen Fernando Dohmann
DECANO : Affonso Celso Mendonça de Paula
DIRETORA : Janete de Oliveira Elias
PROFESSORA RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA: Gilda
Maria Grumbach de Mendonça
PROFESSORA ORIENTADORA: Dayse Martins Hora

**EDUCAÇÃO/SAÚDE E FRACASSO ESCOLAR
RETOMANDO A DISCUSSÃO**

Telma Luiza Gonçalves

Monografia apresentada em
cumprimento ao requisito
parcial para conclusão do Curso
de Licenciatura Plena em
Pedagogia

Rio de Janeiro
UNI-RIO
1996

GONÇALVES, Telma Luiza **Educação/Saúde e
Fracasso Escolar Retomando a Discussão**, Rio
de Janeiro, UNIRIO, 1996.
73 p.

**“O fracasso escolar pode ser entendido como negação da cidadania na medida em que a população não tem acesso aos bens universalmente distribuídos. Ser cidadão é ter direitos”
(Victor Vicent Valla)**

À minha querida mãe **Terezinha** grande e
simples mulher que faz de sua vida um
exemplo de luta e coragem, pela dedicação,
pela beleza moral e amizade.

Agradecimentos

Na realização deste trabalho contamos com a colaboração direta e indireta de algumas.

Em especial queremos expressar nossos sinceros agradecimentos:

- * A **Deus** pela graça, força, saúde e inspiração.
- * A Professora **Dayse Martins Hora** pela orientação segura e pelo respeito às minhas idéias e considerações.
- * Aos meus **pais e irmãos** pelo apoio, incentivo e crédito de confiança.
- * Ao **Moises Sergio** pela ajuda prática, estímulo, companheirismo e compreensão nos momentos ausentes.

SUMÁRIO

Apresentação.....	09
Introdução.....	11
1 - Fracasso Escolar: Revendo a Questão.....	16
1.1 - O Quadro Negro da Educação Brasileira.....	16
1.2 - Ponto de Estrangulamento.....	20
2 - Patologização do Fracasso Escolar.....	25
2.1 - Um pouco da história da Patologização.....	25
2.2 - Patologização e Fracasso Escolar.....	26
2.3 - Patologização frente a diversidade de classe social.....	32
2.4 - Culpabilidade da Vítima.....	33
3 - Saúde/Desnutrição/Educação.....	36
3.1 - Reflexos da Desnutrição sobre o organismo humano.....	37
3.2 - Desnutrição e Aprendizagem.....	38
4 - Escola: Agente produtor do fracasso.....	43
4.1 - Culto a Reprovação.....	43
4.2 - Escola: Espaço para preconceitos.....	45
5 - Exemplificando - Apresentação do Resultado de Pesquisa.....	49
5.1 - Resumo dos resultados.....	51
5.1.1 - A criança é a responsável.....	51
5.1.2 - A família também tem uma parcela de responsabilidade...53	
5.1.3 - O professor é culpado.....	54
5.1.4 - O Sistema Escolar e sua parcela de culpa.....	56
6. Patologização Social.....	61
7 - Conclusão.....	63
8 - Referência Bibliográfica.....	67
9 - Bibliografia.....	69

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho monográfico teve origem na indagação que turbilhavá-nos a mente: Por que cresce tanto o nível de reprovação escolar em nosso país, principalmente entre os alunos de classe social baixa? Será que a “culpa” é realmente da carência de saúde e de nutrição? Será que a “culpa” é da família, dos pais separados que não dão atenção a seus filhos?

A pesquisa bibliográfica que realizamos é uma tentativa para compreender melhor o assunto e desmitificá-lo.

Dividimos a presente monografia em 7 capítulos.

No capítulo I trataremos o tema Fracasso escolar, apresentado dados da situação brasileira em relação a outros países da América Latina.

No Capítulo II enfocaremos o tema Patologização do fracasso escolar, relatando um pouco de sua história, influência e conseqüências.

Escreveremos no Capítulo III as correlações entre os temas saúde, desnutrição e educação.

No Capítulo IV descorremos sobre a escola como agente produtor do fracasso escolar.

No Capítulo V relataremos os resultados de uma pesquisa realizada em Campinas - São Paulo com crianças que apresentavam problemas de fracasso escolar.

O Capítulo VI retrata um outro tipo de Patologização tão comum aos nossos dias - a Patologização Social.

No Capítulo VII concluiremos.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira, principalmente no nível de primeiro grau, tem enfrentado há longos anos dois terríveis inimigos: a repetência e a evasão escolares.

Os dados escolares revelam que a cada ano o número de alunos que são reprovados e que se exilam das escolas vêm aumentando consideravelmente. Diante desse fato, vários estudiosos iniciaram pesquisas para detectar quais as causas dessas estatísticas tão alarmantes. As respostas têm surgido. As principais causas apontadas pelos professores, diretores e demais envolvidos, na área da educação ou não, são problemas relacionados com o aluno e sua família. Porém os campeões nas estatísticas como os "vilões" do fracasso no desempenho do aluno são os problemas relacionados à saúde com ênfase na desnutrição e distúrbios neurológicos

A explicação para problemas do desempenho escolar a partir da deficiência de sua saúde surge na década de 50 quando um movimento de biologização das questões relacionadas com a aprendizagem ingressa nos discussões política-metodológica em nosso país. Nessa época despontam os primeiros debates em torno da desnutrição e da capacidade mental da

criança em idade escolar. Tais debates resultaram na introdução dessas concepções nos discursos das autoridades da área de educação, de médicos e de profissionais de educação. A divulgação desses conceitos colaborou para que a população incorporasse, sem questionamento, a teoria de que a saúde interfere diretamente do aprendizado, fato concreto, porém que não se justifica se colocado como elemento exclusivo para discutir o assunto.

A tendência de se explicar o fraco desempenho do escolar pela deficiência da saúde se generalizou na sociedade, portanto hoje se lança mão dessa justificativa para explicar a falência do ensino público nacional e se restabelece uma relação muito simples de causa e efeito. O problema do fracasso escolar - repetência e evasão - parece que diminui no momento em que é encarado como uma questão individual, específico de cada aluno e de seus "problemas". Apesar de não se desconsiderar a interferência de diversos fatores, inclusive saúde, no desempenho do aluno, questiona-se até que ponto tais causas influenciam na capacidade de aprender da criança e podem respaldar as situações de fracasso na forma e no contexto em que são utilizadas.

A idéia fixa de que a saúde, especificamente a desnutrição é a grande mazela da educação popular é um bom exemplo do que se chama de raciocínio circular, onde causa e efeito de um problema encadeiam-se de tal

forma que nunca se consegue encontrar solução para ele. Crer nesse "pensamento circular" significa crer que em nosso país a grande maioria das crianças esta condenada - por se alimentar mal - ao fracasso na escola. Essa posição tende a dar um excessivo valor às condições sócio-econômicas individuais como explicação para o fracasso escolar. (Valla, 1989).

Professores que julgam apressadamente que o aluno é doente ou desnutrido e que por esse motivo não aprende, pouco se interessam em melhorar a sua prática pedagógica, pois para eles de nada adiantaria, já que o aluno não tem condições de saúde para se desenvolver e aprender. Normalmente, o diagnóstico é baseado na altura e estrutura física, sem levar em conta que a criança pode ser magra ou baixa em relação a sua idade, devido as características de sua família.

A previsão de que o fracasso na escola entre os educandos de classes baixa estaria relacionado a causas ambientais, carência cultural e problemas de ordem familiar também tem se difundido como elementos que influenciam diretamente sobre o rendimento do aluno. Atualmente, as causas de um desempenho inferior do aluno de classe popular com relação aos alunos de classe média são várias. Poderia, por exemplo, ser atribuído às condições desfavoráveis da escola, tais como: a localização, o horário, o ambiente e a qualidade de ensino, porém, há um consenso geral de que a

causa principal estaria relacionada à criança individualmente, principalmente a sua saúde.

Há quem aponte também a obrigatoriedade da educação para crianças de 7 a 14 anos como uma forte tendência a essa situação decadente em que se encontra a educação brasileira, pois segundo esses teóricos a escola não estava preparada para receber uma clientela com uma diversidade cultural tão diferente e oposta a que estava acostumada . Os cursos de formação de professores não estão preparando adequadamente os profissionais para lidar com a realidade do país, que é de uma maioria pobre e uma minoria rica.

Destacamos dentre as várias causas apontadas, a saúde e mais especificamente, a desnutrição e suas implicações sobre o aprendizado como um tema para reflexão, pois essa teoria tanto está instalada na literatura, como tornou-se senso comum entre médicos, psicólogos, professores, especialistas da educação e a sociedade em geral.

O objetivo central deste trabalho monográfico é discutir a situação da educação brasileira no que diz respeito aos temas saúde/educação e fracasso escolar.

É também nosso objetivo procurar desmistificar a concepção de “anormalidade” utilizada para identificar crianças de classe social menos favorecida economicamente.

Pretendemos, ainda, demonstrar a falácia da concepção de que a criança não aprende porque é pobre, por ter problemas familiares, de habitação, de saúde, especificamente de desnutrição, apresentando:

1º) Dados referentes a situação do país em relação a outros países latinos americanos.

2º) Referências bibliográficas sobre os temas saúde/desnutrição x fracasso escolar.

3º) O preconceito que a criança proveniente de família carente sofre dentro da escola.

1 - FRACASSO ESCOLAR: REVENDO A QUESTÃO

1.1 - O Quadro Negro Brasileiro

Fracasso escolar é um dos temas que muito têm preocupado às autoridades governamentais competentes e, de certa forma, a sociedade em geral.

Essa preocupação aumenta na proporção em que chegam resultados das últimas pesquisas realizadas no âmbito do ensino de primeiro grau em nosso país. Uma das últimas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) revela dados alarmantes:

1) O país desperdiça, com evasão e repetência, 57,1% das matrículas de 1º grau.

2) O Brasil tem a pior taxa de aproveitamento de ensino da América Latina. De cada 100 alunos que ingressam na primeira série, apenas 33 concluem a oitava série.

3) Os alunos que terminam o primeiro grau, levam em média 9,6 anos para concluir as oito séries. Além disso, o nível de aprendizado é baixo. A média nacional de aproveitamento do ensino é de apenas 33%. Sendo na Região Sudeste de 51%, na Região Sul de 43% e nas Regiões Norte e Nordeste de 16% (O Globo 9/07/95).

Como se verifica, motivos para preocupação não faltam quando se trata da realidade da educação brasileira, pois apesar de constantes programas de incentivo e de tentativa de melhora do sistema de ensino nacional, os dados revelam que muito mais deve ser feito para se elevar a níveis melhores a educação no Brasil, pelo menos em relação a América Latina, visto que em relação ao resto do mundo a situação é bem mais grave.

Uma pesquisa realizada pela entidade Americana Educational Testing Services (ETS) em 1994, mostrou que, comparado a 20 países em todo o mundo, o Brasil em relação a desempenho escolar, só ficou melhor colocado que Moçambique, na África (O Globo 9/07/95).

A educação brasileira tem demonstrado uma qualidade de ensino ruim. No entanto, em relação a quantidade de vagas para acesso ao primeiro grau, verificam-se melhoras, pois atualmente 88,5% das crianças entre 7 e 14 anos, aproximadamente, 24,8 milhões de indivíduos estão cursando algumas das oito séries do primeiro grau (O Globo, 9/07/95). Apesar da

aparente melhoria ainda é lamentável que 11,50% das crianças brasileiras não possam gozar do direito, garantido pela Constituição de estudar dos 7 aos 14 anos e mais dramática ainda é a situação se adicionarmos a questão do analfabetismo.

Quanto a conclusão do primeiro grau, a colocação do Brasil, em relação a vários países é a seguinte:

Tabela n.1

CONCLUEM O PRIMEIRO GRAU

PAÍS	ESTUDANTES
Brasil	33%
Bolívia	64%
Paraguai	68
Peru	70%
Venezuela	73%
Chile	85%
Uruguai	86%
Panamá	87%
Cuba	92%

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Cultura e Educação - UNESCO (O Globo 9/07/95).

O que mais assusta é que as taxas de evasão e repetência permanecem praticamente imutáveis nos últimos quarenta anos, e, ultrapassam

todos os planos de investimentos em educação fundamental que são realizados a cada novo governo (Brandão, 1985).

1.2 - Ponto De Estrangulamento

O ponto crítico da evasão e repetência ocorre na passagem da primeira para a segunda série. De cada mil crianças que ingressam na primeira série, apenas 438 chegam a segunda (Brandão, 1985). Isso equivale a 43,8%, enquanto 56,2% das crianças ficam retidas ou abandonam a escola, antes de aprenderem a ler e a escrever.

Observa-se que apesar de mais de 80% das crianças ingressarem na escola, o contingente das que ali permanecem é reduzido a menos de 45%. Logo, o número de crianças analfabetas, por não terem tido acesso, ou por tê-la abandonado nos primeiros anos de escolaridade, ou seja, sem terem sido alfabetizadas, cresce para 55,3%. Um número bastante considerável, para um país que se auto define como em pleno desenvolvimento.

Infelizmente, nosso sistema de ensino gera milhares de analfabetos pela falta de capacidade de manter nas escolas, os indivíduos que ali ingressam. Sem contar com aqueles que até concluem o primeiro grau, mas que são, no sentido amplo da palavra, considerados analfabetos.

Como afirma Brandão: *"A democratização do acesso, não é garantia de democratização do ensino (Brandão, 1985).*

Apesar das inúmeras campanhas para que os pais enviem seus filhos para a escola, quase nada tem sido feito em relação a garantia de permanência e adaptação dessa criança aos moldes da escola. Isso leva a crer que há uma seletividade social dentro da escola que garante a permanência somente daquela criança que já ingressa detendo o capital cultural privilegiado pela classe dominante, que é a que estabelece as regras.

Com relação às regiões verifica-se que quanto mais desenvolvida, menores são as taxas de repetência e evasão, ficando assim divididas: Região Sul: 51%; Sudeste 53%; Centro Oeste, 61%; Norte: 64% e Nordeste: 66%. Os estados com os maiores índices de evasão e repetência são Piauí com 75% e Sergipe com 74%. Os de menores taxas são: São Paulo com 23% e Santa Catarina com 40% (Parahyba, 1985).

Percebe-se que de acordo com o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da cidade, menores são as taxas reveladas. Mais uma vez nota-se um grau de tolerância maior com relação a criança mais abastardas do que com relação a mais pobre.

Esses altos índices de reprovação e abandono escolares representam desperdícios de todas as ordens. Desperdício financeiro, de material, de tempo e de pessoal. Cria-se uma estrutura para se atender a demanda de alunos, porém, no final do ano mais de 50% desses indivíduos ficam reprovados. Isso gera desestímulo no professor, no aluno e em sua família. O aluno ao fracassar freqüentemente não percorre as séries de ensino fundamental, chegando a descompassos série/idade bastante sérios e, ao atingir determinada idade, devido às circunstâncias econômicas, é lançado no mercado de trabalho desqualificado. Não se constitui, portanto, em opção o abandono da escola, mas sim num processo complexo, discutido, porém, ainda não enfrentado.

Dados revelam que são desperdiçados diariamente com o número de reprovações cerca de 7 milhões de dólares. Isso equivale a 210 milhões por mês e a 2,5 bilhões por ano.

Esse problema, porém, não é recente ele já se arrasta há muitos e muitos anos, pois já em 1906, o Dr. Joaquim Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores (encarregado da área da educação) dirigia-se ao Presidente da República da época com a seguinte frase: ***"O ensino chegou a um estado de anarquia e descrédito que, ou faz-se sua reforma radical, ou é preferível aboli-lo de vez"*** (Alves, O Globo, 8/11/94).

Pelo visto as reformas não foram suficientes para resolver os problemas que têm se multiplicado a cada dia. E que tendem a levar o ensino brasileiro a um dos piores índices do mundo.

Esse estado lastimável em que está imerso o ensino nacional, leva ao questionamento do porquê as medidas tomadas ao longo dos últimos anos não proporcionam o aprimoramento das condições da educação. Será que realmente visam uma solução ou não passam de engodo, do tipo “pra inglês vê”.

Vários educadores e pesquisadores, preocupados com a situação, apontam os motivos que levaram o ensino brasileiro a essa situação tão caótica. Eis os principais:

1) Falta de continuidade nos programas de melhoria do ensino público.

“Ao longo de seus 171 anos de independência política, tivemos 164 ministros encarregados da área da educação representando uma média de 1,03 ministros/ano (O Globo, 8/II/94).

2) Má formação do professor

3) Má remuneração dos mestres

- 4) Falta de política da educação
- 5) Currículos inadequados
- 6) Ausência de recursos didáticos

Fonte: Pesquisa realizada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 1993, junto às escolas (O Globo, 8/11/94).

2. PATOLOGIZAÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR

Patologização do fracasso escolar consiste em dar uma conotação clínica, "patológica" ou, em outras palavras considerar o aluno que fracassa como "anormal" por apresentar um rendimento e comportamento diferente daqueles ditados pela "norma escolar." (Costa, 1987).

2.1 - Um pouco da história da Patologização¹

Desde o fim do século XIX, a Medicina, a Psicologia da criança, então nascente, fomentaram em relação as dificuldades e fracassos na escola, todo o sistema teórico baseado na postura que consiste em procurar nas características das crianças, as origens dos problemas que a escola colocava. Retomando as palavras da Costa:

"Médicos e psicólogos atribuíram o fracasso escolar a "fraqueza", debilidades das capacidades intelectuais ou "morais das crianças em questão" utilizando uma noção emprestada à Medicina Mental da época, eles designavam as crianças como "anormais da escola primária", os "atrasados" (Costa, 1987).

¹ - A literatura ao longo dos trabalhos que aprofundaram a temática utilizou os termos medicalização e biologização, o que recentemente se ampliou com o uso da expressão patologização do fracasso.

Os conceitos que hoje permeiam a sociedade em geral originaram-se nessa época. Nos anos 50 surgiram novas categorias:

Crianças difíceis = Aquelas que apresentam perturbações do comportamento e da conduta.

Dislexia = Dificuldades na leitura

Desortografia = Dificuldades em ortografia

Disgrafia = Dificuldades na escrita

Discalculia = Dificuldades em cálculos (Costa, 1987)

2.2 - Patologização e Fracasso Escolar

A partir desses estudos, procurar causas externas à escola para explicar as altas taxas de repetência tem sido uma prática comum entre professores, supervisores, orientadores, diretores e pesquisadores da área.

Quando não encontram as causas no ambiente ou na família, é uma prática comum culpar o próprio aluno por suas baixas notas e, conseqüentemente, sua reprovação. Dentre os fatos encontrados no aluno que justificam seu fracasso estão o desinteresse, a falta de atenção, a agressividade, os problemas de saúde e, dentre eles, a desnutrição. Problemas considerados "insolúveis" e, pelos quais ninguém pode ser responsabilizado di-

retamente, nem o professor, nem a escola e muito menos a sociedade. Todos se julgam vítimas por trabalharem diretamente com a deficiência. Torna-se um processo de "vitimização" em que o foco se desloca através dos vários discursos. Ora a vítima é o professor, ora a escola, ora o aluno e sua família assumem a posição de vítimas.

Os professores, mesmo sem o devido preparo, arriscam um diagnóstico de um problema físico, mental e emocional e o encaminham para as unidades de saúde a fim de que os médicos comprovem sua suposição. A intenção é clara, livrar-se do aluno-problema. Enquanto instituição social, a escola não consegue lidar com aqueles que fogem aos seus padrões, logo, transfere-os para uma área dificilmente questionada - a médico-científica. Utilizam-na como um escudo, já que poucos arriscariam contestá-la, pois o que advém do âmbito médico é visto com certa "mistificação" por grande parte da população (Valla, 1989).

É comum se verificar nos postos de saúde crianças que foram para lá encaminhadas por professores que, freqüentemente, também encaminham o diagnóstico, sendo normalmente o de desnutrição e/ou distúrbios neurológicos. E também não é raro que junto com o diagnóstico sigam pedidos de exames, tais como: de vista, de audição ou eletroencefalograma, dentre outros. A intenção é que se confirmando problemas específicos de

saúde, essa criança seja encaminhada a classes especiais, tirando de si a responsabilidade de trabalhar com esse “aluno problema”.

É comum ainda, caso não se confirme seus próprios diagnósticos, o professor encaminhar o aluno para outro médico até que seja aceita sua suposição de que o aluno não é saudável e por isso, não aprende. Além de desnutrição, as causas mais comuns apontadas são distúrbios neurológicos (disfunção cerebral); problemas psicológicos e emocionais, distúrbios de comportamento, tais como: agressividade, apatia, distração e hiperatividade.

Ao relacionar as possíveis causas do fracasso do aluno com os problemas de saúde, a escola atinge dois objetivos: isenta de qualquer responsabilidade, não só a si mesma, como a todo o sistema social e, utilizando uma expressão de Ryan, “culpabiliza a vítima” (apud, Collares, 1992). Transferindo-se a responsabilidade para um problema de saúde, a professora, a escola e a sociedade “lavam as mãos”, pois com relação a saúde, nada pode ser feito. Modifica-se o foco de análise deslocando-o para fora do espaço escolar, como se isso fosse possível.

A prática de se considerar as funções biológicas do indivíduo na análise do desempenho escolar é antiga.

“Recebeu novo impulso na década de 60, quando médicos e psicólogos introduziram no Brasil a abordagem psiconeurológica ao desenvolvimento humano, que trouxe consigo as noções de disfunção cerebral mínima e de dislexia, objetos privilegiados pela atenção de neuropediatras, psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos” (Patto, 1989).

A referência a Collares parece ser de grande contribuição, principalmente quando reafirma que:

“na escola, este processo de biologização geralmente se manifesta apresentando-se como causa do fracasso escolar quaisquer doenças das crianças. Desloca-se o eixo de uma discussão político-pedagógica para causas e soluções pretensamente médicas, portanto, inacessíveis à educação” (Collares, 1992).

O professor e a sociedade encontram nestas teorias respaldo para isentar-se da responsabilidade no resultado alcançado pelo aluno, e ao mesmo tempo, justificar seu descaso, desinteresse, talvez inconscientemente, pois pensa que nada pode fazer por essa criança que naturalmente está destinada ao fracasso. Para esse profissional, dar uma boa aula, quando sua clientela é proveniente de família de baixa renda, é perder tempo, porque esse aluno de qualquer maneira está condenado a reprovação; seus

problemas de saúde, de nutrição e emocionais lhe impedem de aprender. Deve-se ressaltar que incorreríamos em outro sério equívoco se apenas re-aplicássemos nossa crítica ao professor, como nos referimos anteriormente, faríamos apenas uma mudança no processo de vitimização e culpabilização, o que de forma alguma garante avanço tanto para a discussão do tema, quanto para a transposição das contradições.

Os profissionais de saúde concordam e reforçam os diagnósticos do professor. Numa pesquisa realizada em escolas públicas da cidade de Campinas (SP) pelas professoras Cecília Collares e Maria Aparecida Moysés com dezenove médicos, todos apresentaram em entrevistas e depoimentos os problemas de saúde como causas mais prováveis do fracasso escolar. A presença persistente das concepções relatadas através de pesquisas alertam para a existência de um pano de fundo comum, justificado por Collares:

"A corrente filosófica que sustenta a tese de que os problemas sociais são de causa biológica e médica - o positivismo - é a que permeia a sociedade atualmente, principalmente em termos do cotidiano; daí, não há conflitos e tudo é rapidamente assimilado e transformado em 'senso comum'" (Collares, 1992).

Sendo assim, não é possível culpar o professor por ter essa teoria entranhada em suas concepções, pois, afinal, ele também é vítima desse contexto permeado de preconceitos que julgam ser cientificamente comprovados, o que remete a outras problematizações, tais como a formação do professor e a expansão do processo de escolarização numa sociedade em crise.

Como as diversas questões não são consideradas, ainda ganham destaque as concepções medicalizantes que se baseiam na dicotomia normal patológico, onde:

“...tomar um modelo, uma escala de desenvolvimento padronizado como protótipo de normalidade da criança (geralmente, a partir da classe dominante), ou procurar as causas do fracasso exclusivamente no desvio desse modelo é ter uma visão distorcida e parcial do problema do fracasso escolar e da realidade. Essa atitude consiste em patologizá-lo, ou seja, procurar desvios ou patologias diversas nas crianças como explicação ou justificativa do seu insucesso escolar. E também desculpar e isentar a escola, o sistema como determinantes desse fracasso. Significa, enfim, desconsiderar as múltiplas determinações desse fracasso” (Costa, 1987).

2.3 - A Patologização frente a diversidade da classe social

A patologização das questões educacionais apresenta posturas diferenciadas para cada classe social.

Geralmente o fracasso escolar da criança pobre está ligada à desnutrição, a verminoses, ou seja, à condição adversa de saúde. Não se leva em conta que essa criança normalmente estuda em escolas públicas ou, particulares de má qualidade, inseridas em áreas carente do ponto de vista sócio-econômico, onde se concentram as mais diversas distorções do sistema social e, especificamente do educacional. Além do mais, o serviço médico para o qual é encaminhado, geralmente, o público, apresenta recursos precários tanto do ponto de vista material, quanto de pessoal. O profissional de saúde ali instalado, quando não acadêmico ou recém formado é tão preconceituoso quanto toda a sociedade, inclusive o próprio professor que encaminhou o aluno, logo, não hesita em reforçar os diagnósticos do professor, e, sem exames específicos, diagnostica a desnutrição, uma verminose qualquer ou mesmo um leve retardo mental.

A criança de classe média/alta quando apresenta problemas de aprendizado, o procedimento é bem diferente. Normalmente, a escola particular de bom nível onde esse aluno está matriculado, tem profissionais,

como: orientador educacional, supervisor escolar e psicólogo - capacitados para buscar possíveis soluções para o problema. Não conseguindo, encaminham-no para outros profissionais, dentre eles um pediatra. Estes, por sua vez, não se apressam em apresentar diagnósticos. Realizam vários exames, e quando, ainda assim, não encontram respostas, o encaminham a outros especialistas, tais como: fonoaudiólogos, neuropediatras, oftalmologistas e psicopedagogos. Após enfrentar todos os exames possíveis, o aluno recebe a avaliação. Normalmente de um dos distúrbios ou disfunções neurológicas. A mais comum é a Disfunção Cerebral Mínima. Esse diagnóstico é o mais comum entre crianças de poder aquisitivo alto; assim como a desnutrição é popular entre os alunos de classe baixa (Collares, 1986). Variando de uma classe para outra ainda persiste a medicalização do fracasso, com uma sutileza para a Disfunção Cerebral Mínima que ainda é um diagnóstico difuso para os especialistas.

2.4 - Culpabilidade Da Vítima

"Localizar o fracasso, o "mal" na criança significa perpetuar a situação, pela culpabilidade da vítima" (Ryan).

Ao apontar o aluno como o responsável pelo seu próprio fracasso, o professor atinge duas metas:

1ª) Isenta-se da responsabilidade e mantém as mesmas práticas pedagógicas que exerce, muitas vezes por longos anos, sem uma reflexão ou reformulação.

2ª) Faz com que a criança absorva o estigma e passe a se considerar incapaz para o aprendizado.

Sobre a construção do estigma e a consequência retratada no fracasso são valiosas as reflexões encontradas na literatura, da qual queremos destacar algumas:

“a estigmatização de crianças inicialmente sadias que incorporam o rótulo, sentem-se doentes, agem como doentes. Tornam-se doentes. Compromete-se sua auto-estima, seu auto conceito e aí, sim reduzem-se suas chances de aprender” (Collares, 1992).

“...Os preconceitos e estigmas terminam sendo interiorizados pelos alunos e passam a ser componentes de sua auto imagem e de suas posturas frente ao seu próprio rendimento” (Arroyo, 1992).

“Para uma instituição social que difunde os mitos da igualdade de oportunidades para todos e de ascensão social via escola, esse tipo de preconceito é fundamento para que o

sável por seu fracasso e continue a crer e difundir que todos somos iguais” (Agnes Heller, apud Collares, 1992).

Essas afirmações respondem o porquê da necessidade da reprodução da teoria de que o aluno é o único responsável por seu próprio fracasso, inclusive fazendo com que assimile e a incorpore em seu comportamento, pois um doente não tem condições de exigir grandes coisas, visto que depende do que lhe dão. E, a partir do instante em que esse conceito é assimilado, o aluno aceitando o estigma sem questionar torna-se um divulgador da idéia de que a escola é boa, e que o governo também , pois lhe deu a oportunidade de freqüentá-la, mas que o único culpado por seu fracasso é ele mesmo que tem “a mente fraca”, e em função do seu problema particular é incapaz de assimilar os conhecimentos transmitidos.

O professor, por sua vez, torna-se agente mediador dessa ideologia, pois é ele que exclui, marginaliza e estigmatiza uma criança cujo problema reside em pertencer a um grupo diferente. Conviver com a diferença, estabelecer o diálogo entre as diferenças é o cerne do problema para as propostas mais democráticas da educação.

3 - Saúde/Desnutrição/Educação

A definição de desnutrição é praticamente ignorada por grande parcela da população, logo, é considerada desnutrida toda a pessoa de baixa renda muito magra. Considerando tais afirmações errôneas, é necessário definir os termos:

Desnutrição - É um estado crônico de carência protéica e/ou calórico-protéica, no qual o organismo apresenta desaceleração (casos leves), interrupção (casos moderados), ou involução (casos graves) de sua evolução normal, com prejuízos bioquímicos (diluição-motor) e anatômico (depleção, com ênfase no desenvolvimento físico), podendo a involução levá-lo aos padrões do recém-nascido, nos três setores. (Eduardo Marcondes, Apud Dantas, 1981).

Na segunda metade da década de 40, surge na América Latina a preocupação de se classificar a desnutrição (Goldenberg, 1987). A partir dessa época, passou a ser classificada em leve, moderada ou grave:

Desnutrição leve (ou de 1º grau) - Quando o peso da criança é de 10 a 25% abaixo do que seria considerado normal para a sua idade.

Desnutrição moderada (ou de 2º grau) - É aquela em que o peso da criança está entre 25 e 40% abaixo do normal.

Desnutrição grave (ou de 3º grau) - É aquela em que a criança está com o peso 40% ou mais abaixo do que seria de se esperar para sua idade.

Na desnutrição grave o indivíduo necessita de internação hospitalar para que possa ser alimentado e tratado das doenças que geralmente o atacam, porque o seu organismo está enfraquecido. Nesse estágio é comum a morte do desnutrido, principalmente quando é menor de 5 anos (Valla, 1989).

3.1 - Reflexos da Desnutrição Grave Sobre o Organismo Humano:

1º) O tamanho do cérebro é menor

2º) O número de células cerebrais é menor

3º) Redução da mielina - uma substância que existe no cérebro que facilita a transmissão de impulsos entre os neurônios e não na alteração da atividade de vários sistemas enzimáticos (Valla, 1989).

Essas alterações só ocorrem quando a desnutrição grave ocorre no período em que o cérebro está se desenvolvendo em grande velocidade (do período que vai da fase pré-natal até o fim do 2º ano de vida). Durante esse período é possível se desfazer completamente essas alterações através de uma recuperação alimentar.

A desnutrição leve que predomina na população de baixa renda é aquela em que o organismo se adapta a uma alimentação abaixo de suas necessidades em geral por toda a vida. É o caso das crianças que param de crescer, e, caso não ocorra uma recuperação nutricional ficará com uma estatura um pouco abaixo do normal. Ela não causa alteração na estrutura e nas funções do cérebro. As pessoas mal alimentadas sobrevivem porque o organismo equilibra-se, sacrificando elementos e funções menos nobres, como o peso e a altura.

3.2 - Desnutrição e Aprendizagem

Considerar a desnutrição culpada pelo fracasso escolar da criança oriunda das camadas populares, tem sido um dos argumentos mais utilizados para se explicar as altas taxas de repetência escolar, sobretudo após a constatação de que 2/3 da população infantil de áreas subdesenvolvidas ou

pré-industriais sofrem de alguma forma de desnutrição (Dantas, 1981). No entanto, pesquisas realizadas revelam que as taxas de desnutrição das crianças em idade escolar não passam de 15% (Moyses, 1982). Logo, como se explica o fracasso de 35% de alunos que não constam nas taxas de desnutrição, já que a reprovação permanecem em torno de 50%.

Como nos afirma Valla:

“crianças gravemente desnutridas no início da vida raramente chegam aos bancos escolares, morrem antes e as que sobrevivem são poucas e tão poucas que sua presença não explicam as altas taxas de fracasso escolar (Valla, 1989).

A desnutrição só é capaz de provocar seqüelas no desenvolvimento intelectual de uma pessoa se ocorrer na época em que o cérebro está crescendo rapidamente. Essa engloba desde o período pré-natal até o fim do segundo ano de vida. Também é dentro deste período de vida que é possível se reverter as alterações orgânicas, através de completa recuperação nutricional.

A desnutrição é um problema social que quando chega a provocar seqüelas no organismo humano, elas não se restringem ao desenvolvimento intelectual. Ao contrário, quando atingem esse nível é sinal de que já provo-

cou sérias conseqüências no indivíduo principalmente no seu desenvolvimento físico, motor e lingüístico.

Quando um indivíduo tem uma alimentação que não supre suas necessidades individuais, o organismo através de vários mecanismos, tenta compensar estas alterações. Principalmente passa a economizar energias a fim de evitar riscos à sua sobrevivência. Para isso, diminue sua velocidade de crescimento chegando a anulá-la em casos extremos. Se este mecanismo não conseguir compensar a carência alimentar, outros sinais clássicos vão aparecendo, tais como: alterações na pele e cabelos, edema, probabilidade de se pegar uma infecção e outras repercussões sobre todos os órgãos e sistemas do organismo, em intensidades variáveis, podendo chegar à morte (Moysés e Lima, 1982).

Não se pode afirmar que a desnutrição leve ou moderada compromete o crescimento e desenvolvimento do sistema nervoso, e, conseqüentemente, seja culpada pelo fracasso escolar de determinado indivíduo, sem que se realize um estudo particular do mesmo, pois há outros fatores ambientais, econômicos, sociais e culturais que influem sobre o indivíduo em sua fase infantil. Tais fatores estão tão interligados, que é praticamente impossível separar os efeitos de um ou de outro no desempenho escolar de um aluno. Não é possível, por exemplo, separar o componente nutricional de

Para certos professores, reprovar é uma prática comum que o ajuda a manter e preservar seu "status", sem levar em conta a que interesses políticos está atendendo.

Os casos de fracasso a que nos referimos até aqui dizem respeito a determinados estratos da sociedade, os mais desfavorecidos, em que a re-provação tem um significado, marcado pelo estigma da exclusão social. A sociedade brasileira produz uma indústria e cultura da exclusão. Essa cultura é mantida desde o século republicano, para reforçar a sociedade desigual e excludente em que vivemos. Cultura combatida por alguns educadores, com destaque para Paulo Freire, é acirrada com a ofensiva neoliberal caracterizando uma pedagogia da exclusão onde se configuram sistemas escolares como mercados educacionais. (Gentili, 1995).

Nos EUA, na década de 60 foram feitas pesquisas, através de "Informa Coleman" (Arroyo, 1992), que constataram que os recursos educacionais exerciam pouca influência sobre o rendimento escolar quando comparado com as diferenças socioculturais das famílias do aluno. Assim foi legitimado o fracasso escolar. Aparentemente, na época, ficou provado que o fracasso era inevitável para os alunos provenientes de culturas e esferas sociais diferentes daquela privilegiada pela escola. Uma situação que permanece hoje no âmbito nacional, com algumas exceções para iniciativas de algumas prefeituras que vem juntando esforço no combate a evasão escolar

como são os casos recentes nas Prefeituras de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre.

4.2 - Escola: Espaço para preconceitos?

"Quando um juízo provisório é refutado no confronto com a realidade concreta, seja através da Ciência ou mesmo por não encontrar confirmação nas experiências de vida do indivíduo, e mesmo assim se mantém inabalável, cristalizado contra todos os argumentos da razão, não é mais um juízo provisório, mas um preconceito" (Agnes Heller).

O que é o preconceito?

Preconceito: 1. Suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc. 2. Conceito ou opinião formados antecipadamente sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos, idéia pré-concebida. (Novo Dicionário Aurélio, pág. 1127)

O preconceito na escola está latente, pois não há teoria científica que prove a existência de empecilho de aprendizagem somente pelo fato do aluno pertencer a uma classe social diferente.

A escola, instituição social aberta a todas as pessoas é o espaço onde todos deveriam ser respeitados, independentemente de seu credo religioso, sua raça, condições sócio-econômicas e concepções de mundo, entretanto, não é essa a realidade observada no espaço educacional brasi-

leiro. O preconceito está latente e se manifesta nas atitudes das pessoas que ali trabalham. O aluno pobre, em decorrência de sua maneira de se vestir, de se portar socialmente sofre preconceito na sociedade em geral e na escola em particular. Os mesmos professores e diretores que discursam tão bem em defesa dos direitos de cidadania, na prática não conseguem disfarçar a ojeriza que lhes traz o aluno que fala alto, que gesticula muito, que come de boca aberta e muito menos sabe utilizar com destreza o garfo e a faca. Os educadores, diante dessas crianças, não disfarçam seus preconceitos. Suas atitudes com relação a essa camada da população estudantil são desempenhadas freqüentemente com um "mal estar docente", que não é apenas um caso brasileiro, pois tem sua representação no plano internacional, assunto que não vamos discorrer no presente trabalho e apenas apontamos para o leitor trabalhos de Esteves (1990) que se tornaram referência clássica ao magistério, no que tange a sua perplexidade frente às condições de trabalho, profissionalização e desempenho na escola ao que o autor chama atenção para o "mal estar docente".

As pesquisas revelam esses preconceitos como nos afirma Collares:

"O cotidiano escolar é permeado de preconceitos, juízos prévios sobre os alunos e suas famílias que independem e não são abalados por qualquer evidência empírica que os refute racionalmente. As crianças não aprendem porque são pobres, porque são negras, por serem nordestinas ou provenientes da zona rural, são imaturas, são preguiçosas;

não aprendem porque seus pais são analfabetos, são alcoólatras as mães trabalham fora, não ensinam seus filhos..." (Collares, 1992).

Os alunos carentes socialmente são vítimas de preconceito no ambiente escolar, pois refletem a situação de miséria em que estão submersa milhares de famílias brasileiras. A escola está moldada para receber alunos ideais, provenientes da classe média, que já têm acesso a uma série de estímulos e conhecimentos que a criança pobre não tem.

A professora sonha em encontrar em sua sala de aula crianças limpas, cheirosas, educadíssimas e com condições adequadas para assimilar todos os conhecimentos que lhes transmite. A realidade de nosso povo é bem distinta da fantasia que teima em se perpetuar nos conceitos da função de ensinar e aprender. As crianças que hoje lotam as escolas públicas são provenientes da camada popular, que em casa não têm acesso a livros, lápis, cadernos, etc. São crianças que desde cedo estão acostumadas a lidar com o que a vida lhes oferece. Enfrentam frio, chuva, fome e trabalham para sobreviver. Porém, a escola é elitista, e prefere fechar os olhos para a realidade do país e, ao invés de buscar meios de adaptar-se a esse aluno, prefere fechar-se em uma redoma de perfeição e sutilmente expulsar o aluno que não se adapta aos seus moldes. A exclusão é sem dúvida uma consequência do preconceito e falta de aptidão da escola em lidar com a criança

de classe popular, pois a criança de classe média/alta raramente sofre com o fracasso escolar.

É comum após várias reprovações a própria criança e sua família absorver o estigma de “burro”, “incapaz”, “fraco” e abandonar a escola. Dessa forma surge uma geração de analfabetos ou semi-analfabetos que ocuparão, no futuro, funções que não exijam muita escolaridade. E geralmente, seus filhos enfrentarão os mesmos problemas na escola. Forma-se um círculo vicioso.

O estabelecimento escolar sempre aponta justificativas além de suas responsabilidades para tentar explicar os motivos que levam tantos alunos a ficarem retidos ou a “abandonarem” seus “aconchegantes” bancos.

5 - Exemplificando - Relato de uma pesquisa

"A escola entendida como instituição social concreta, integrante de um sistema sócio-político concreto - apresenta-se como uma vítima de uma clientela inadequada (Collares, 1992).

Para a escola e seus representantes, ela é perfeita e ideal, a matéria prima - o aluno - é que é de má qualidade. Esse discurso é comum nas pesquisas realizadas. O levantamento realizado pela professora Cecília Collares, e equipe, na cidade de Campinas, nos anos de 1988 e 1989 prova essa afirmação. Foram entrevistados quarenta professores de 1ª série e oito diretores. Essa pesquisa teve como objeto oitenta crianças consideradas com problemas de aprendizagem e que já eram consideradas repetentes, apesar do ano letivo não ter terminado, já que o estudo foi efetuado no primeiro semestre.

5.1 - RESUMO DOS RESULTADOS:

1) Para todas as diretoras e professoras, o fracasso escolar é motivado por questões referentes à criança e à sua família.

2) Quando indagados sobre fatores internos à instituição escolar, os resultados foram diferentes:

2.1 - Todos os diretores crêem que o problema pode ser o professor.

2.2 - Do total de professores apenas 35% responsabilizam um colega pelo fraco desempenho do aluno. Desse percentual, porém, nenhum conseguiu apontar uma só criança que seria reprovada por culpa de um outro profissional.

2.3 - Nenhum professor apontou uma criança que seria reprovada por problema de ordem pedagógica.

2.4 - Do grupo de Professores e diretores somados, 37,5% apontaram falhas no sistema escolar.

2.5 - Do total de professores, 7,5% detectam problemas no funcionamento da escola.

2.6 - Detectam problemas no sistema educacional 22,5% dos profissionais.

5.1.1- A criança é a responsável

A tabela abaixo retrata os principais fatores que contribuem, na opinião dos profissionais entrevistados, para o fraco desempenho do aluno.

Tabela n. 2

CAUSAS DO FRACASSO ESCOLAR APONTADAS POR PROFESSORES E DIRETORES

CENTRADAS NA CRIANÇA

CAUSA	DIRETORES	PROFESSORES
Biológica	100%	100%
Desnutrição	100%	100%
Neurológico	62,5%	92,5%
Distúrbio de Aprendizagem	37,5%	70%
Deficiência Mental	25%	47,5%
Outra Doença	37,5%	52,5%
Imaturidade	25%	77,5%
Emocional	75%	92,5%
Motivação	87,5%	87,5%
Prontidão	50%	77%
Pré-escola	37,5%	42,5%
Criança Sozinha	75%	65%
Outras Causas	25%	47,5%

Identifica-se nesses números que na opinião de professores e diretores a criança para ter sucesso na escola precisa estar isenta de todos os problemas comuns numa sociedade desigual como a brasileira. É portanto, revelado pelo dados apresentados, que a criança é idealizada pela escola segundo um padrão de normalidade pré-estabelecido.

5.1.2 - A Família também tem uma parcela de responsabilidade

A próxima tabela aponta as principais fatores relacionados à família que contribuem para a reprovação e evasão escolares

Tabela n. 3

CAUSAS DO FRACASSO ESCOLAR APONTADAS POR PROFESSORES E DIRETORES CENTRADAS NA FAMÍLIA

CAUSA	DIRETORES	PROFESSORES
Família	100%	100%
Família Desestruturada	75%	67,5%
Pais Separados	12,5%	35%
Alcoolismo	25%	32,5%
Desemprego	12,5%	27,5%
Prostituição	12,5%	2,5%
Família não Colabora	100%	100%
Mãe Trabalha Fora	62,5%	50%
Pais Analfabetos	50%	55%
Irresponsabilidade	75%	100%
Pobreza	75%	85%
Migração	12,5%	20%

Verifica-se que não só a criança é idealizada pela escola. A família para nossos mestres e diretores é envolvida por uma redoma de perfeição e

aquela que foge aos padrões ou não se adequam às normas ditadas, por possuírem valores distintos, são consideradas desajustadas e desestruturadas. A família ideal para a escola é a patriarcal onde o homem se apresenta como o cabeça e sai para trabalhar em busca do sustento para todos. A mãe, no entanto, deve ficar em casa zelando pelo bem estar do marido, da casa e dos filhos, sendo assim, a responsável direta pela educação das crianças. Porém, a sociedade brasileira é composta por famílias que fogem a esse padrão. Há um grande número delas que é mantida financeiramente pela mulher, um dado reconhecido recentemente em Benji (1995), pondo por terra definitivamente a visão romântica de família.

Revisitando rapidamente a questão, vemos:

“FAMÍLIA: Grupo de indivíduos, parentes ou aliados que vivem conjuntamente. Distinguiram-se, nesse sentido, vários tipos de família: monogâmica, poligâmica, poliândrica, ponaluana, etc.” (Lalande, 1993).

A família brasileira enfrenta problemas de ordem diversos e a criança está inserida nos mesmos, e, aprende a lidar com eles. Não sendo os mesmo responsáveis pelo desinteresse ou fracasso dessa criança, pois se assim fosse, ela não teria interesse por nenhuma outra coisa na vida.

Essa pesquisa revela que para diretores e professores o sistema educacional é perfeito desde que a criança e sua família "**vivam uma vida artificial, sem problemas**" (Collares e Moysés, 1992).

O professor não vê nem respeita a criança como um indivíduo, mas sim como uma "tabula rasa" para onde deve dirigir seus conhecimentos. Por ter essa postura frente ao aluno, ele não interage com a criança numa relação de troca no processo ensino-aprendizagem.

Voltando a retratar os dados da pesquisa em referência, foram identificadas outras causas do fracasso do aluno:

5.1.3 - O professor é culpado

Para os responsáveis pela direção da escola, a causa do fracasso escolar também é dos professores. Cem por cento dos diretores apontaram o professor, enquanto indivíduo, responsável pelo mau desempenho do aluno.

Para eles, o professor é irresponsável, desinteressado, mal formado, etc. Tanto que, às vezes, se contradizem, pois a mesma criança que antes é

apontada como: imatura, incapaz e deficiente, em outro momento é apontada como vítima de um professor ineficiente e desinteressado.

Dos professores entrevistados, apenas 35% retratam a falta de aptidão do mestre como responsável pelo fraco desempenho do aluno.

Ainda assim, apresentam desculpas pelo seu mal desempenho. Quase sempre apresentam a falta de condições de trabalho, os baixos salários e a deficiência do curso onde se formaram.

Percebe-se, entretanto, que o tom que utilizam quando falam do mau desempenho do professor é de autocomplacência e não de acusação como o que utilizam quando apresentam o aluno ou sua família como responsáveis.

Na pesquisa citada nenhum professor indicou uma só criança que tenha sido reprovada por problema de ordem pedagógica.

5.1.4 - O Sistema Escolar e sua parcela de culpa

Na entrevista de 37,5% dos diretores a falha no desempenho do aluno é do sistema de educação.

Alguns professores (5% do universo pesquisado) apresentaram a mesma opinião. Acusam sempre a “cúpula” do sistema, sem, contudo, localizar diretamente onde estão falhando.

Esses dados provam que a sociedade não é questionada, assim como a escola. A sociedade é boa, a escola é boa, o indivíduo que a frequenta é que não está preparado para as exigências. Assim, nota-se que é o aluno “ *que deverá procurar corrigir-se para nelas se integrar.*” (Costa, 1987).

E é o que ocorre com professores que trabalham com crianças de nível social menos favorecido. Apesar de praticamente pertencer à mesma classe social de seu aluno, o professor torna-se um agente acusador frente a realidade sócio-cultural desse indivíduo. Pois, passa a transferir a responsabilidade para uma área a que não tem acesso e sobre a qual não tem nenhuma responsabilidade.

Após as entrevistas com os professores e diretores a equipe da professora Collares, levou todas as crianças consideradas doentes e, provavelmente reprovadas para serem examinadas pelos médicos. Os resultados surpreenderam.

Resultados Dos Exames Realizados Nas Crianças Consideradas Doentes E Com Problemas De Aprendizagem

Das oitenta crianças apontadas pelos professores como fracassadas por problemas de saúde, setenta e cinco foram levadas a consulta médica e destas, os pesquisadores tiveram os seguintes resultados:

1º) Setenta e uma não apresentaram nenhuma doença que pudesse comprometer seu aprendizado.

Como afirma Collares: "...têm problemas de saúde, de vida, que não as distinguem do perfil de morbidade de sua idade. Essas crianças exibem um grau de desenvolvimento normal, apenas o demonstram de acordo com os valores do meio social onde estão inseridas. Essas expressões são desvalorizadas pela escola, portanto não constam nas avaliações" (Collares, 1992).

2º) Três dessas crianças apresentam uma forte incorporação do estigma de doente, e não se conseguiu descartar se não apresentam algum grau de retardo de desenvolvimento. Necessitam de um atendimento espe-

cializado, para que seja feito um melhor diagnóstico e posterior tratamento psicológico.

3ª) A quarta criança apresenta reais problemas de saúde, é muito tensa, inclusive demonstra isso em sua maneira de andar, pois se movimenta “em bloco”; e possui medos. Seus problemas atingem sua aprendizagem, assim como interferem em toda a sua vida.

Enfim, a história dessas crianças, normalmente repete a de seus pais ou irmãos mais velhos.

Quando essas crianças foram conquistadas, tratadas com carinho, e longe da escola e da situação extressante que essa representa, elas conseguiram demonstrar sua capacidade de ler e escrever. O que predomina com certeza é a estigmatização.

Não se pretende defender a tese de que problemas de saúde comprovados não representem uma dificuldade a mais para o pleno desenvolvimento psicopedagógico de um aluno. O que se questiona são os diagnósticos realizados indevidamente pelos professores, que normalmente julgam pelo que observam superficialmente, sem serem capazes de relativizarem os dados que se apresentam na sua prática, tomando por referência uma teoria mais sólida que lhes desamarrem do senso comum. E, como o olhar é per-

meado de preconceitos, é natural que esses diagnósticos sejam baseados na aparência física da criança que, geralmente é magra, por isso considerada doente.

É interessante observar que, a criança julgada doente e com problemas de aprendizagem, é vista pelos corredores da escola e durante o recreio brincando, correndo. E que em casa leva uma vida normal como outras crianças de sua comunidade. No entanto, em sala de aula seu rendimento cai, e não demonstra o mínimo de interesse.

6 - PATOLOGIZAÇÃO SOCIAL

"ou se coloca no problema do déficits, falta de aptidões individuais, ou se coloca na deficiência do meio ambiente, ou da cultura da criança. Vai da patologia do indivíduo à patologia social de classe" (Costa, 1987).

Afirma-nos a professora Dóris Costa:

"como a incidência do fracasso é altamente predominante nos filhos de classes subalternas, alunos de escola pública, sedimentou-se a idéia de que a criança ou indivíduo dessas classes por ser a que mais fracassa na escola e por ser a mais desviante e diferente dos padrões de normalidade estabelecidos pela burguesia, apresenta déficits específicos e generalizados (Costa, 1987).

Para o professor, o aluno que não sabe sequer segurar em um lápis ou que não tenha os mesmos hábitos sociais e de higiene a que está acostumado, é um fracassado por si só. Na prática, constata-se que a pretensa "escola para todos" não é feita para as crianças pobres, pois assim que iniciam a escolaridade se deparam com sérias dificuldades, como não são capazes de superá-las sozinhas, espera-se que a instituição educativa o faça, mas isso não ocorre. O que de fato acontece é a reafirmação de sua incapacidade para a aprendizagem e, em consequência, sua exclusão.

Para o aluno de camada popular a situação da escola é nova e assustadora. Ela é culturalmente diferente, em relação ao padrão pré-estabelecido pela escola.

A discussão do fracasso do aluno gira em torno de generalizações amplas, em análises sociais muito gerais que não chegam ao dia-a-dia da escola, à situação do aluno em sala de aula.

7. CONCLUSÃO

Somente através de rupturas nessa muralha de preconceitos, será possível construir uma escola politicamente comprometida com a classe trabalhadora... Se pretendemos ser agentes de transformação social, sujeitos da história, fica o desafio de sermos capazes de nos infiltrar na vida cotidiana, quebrar seu sistema de preconceitos e retomar a cotidianidade em outra direção. Na direção de construir o sucesso na escola." (Collares, 1989).

O fracasso e evasão escolares são a expressão clara da falência do sistema educacional brasileiro.

Alguns autores estabelecem uma estreita relação entre o surgimento das concepções e dificuldades e transtornos ocasionados pela "escolarização obrigatória". A escola não estaria preparada para receber tantos alunos, principalmente das camadas populares, o que a levou a enfrentar sérios problemas. Sentindo-se impotente, recorrem a "especialistas" para que a ajudem através de instrumentos que não possui e muito menos domina, assim, concretizando a medicalização para explicar problemas sociais (Costa, 1987).

Se por um lado a expansão da escola era percebida pelos intelectuais e educadores como necessária, a análise do tipo de instrução que seria conveniente para cada classe social em nome da fidelidade ao princípio da

nova psico-pedagogia: respeito às diferenças individuais, às aptidões inatas do aluno, às diferentes personalidades acabou resultando na existência de sistemas de ensino paralelos.

A escola se expande sim, e chega às camadas populares, mas não é a mesma para todos. Empobrecida no seu conteúdo, hierarquizada na sua organização atende às demandas político-econômicas definidas por uma sociedade não igualitária. (Cataldo, Apud Costa, 1987).

O fracasso escolar é resultado de um complexo de fatores que se relacionam, fatos educacionais, sociais, econômicos que refletem o descaso da política governamental para com o setor social.

O fracasso escolar pode ser entendido como negação da cidadania na medida em que a população de baixa renda não tem acesso aos mesmos bens culturais que a classe privilegiada. Portanto, não se deveria avaliar a partir do padrão cultural desconhecido pelo aluno de nível sócio cultural diferente. Deveria sim valorizar a cultura desse aluno, que queiram ou não, é ,maioria da população estudantil. Apesar de nosso país se vangloriar de ser pluricultural, não se adaptou para respeitar a cada uma com suas diversidades. Antes, privilegia a cultura dominante que é detida apenas por uma minoria da população.

O auto conceito negativo que o aluno pobre absorve após tantas re-provações, interfere muito mais na aquisição da aprendizagem que qualquer causa externa à escola. A criança que possui expectativas negativas em relação a si mesma não acredita em suas diversas possibilidades. Portanto, o seu resultado escolar apenas vem reafirmar sua maneira de se vê. A internalização do estigma do fracasso é categórica, arrasadora e paralizadora, sugere o fim da luta pela aquisição do saber, por isso é que após várias re-provações o aluno abandona a escola. O termo evasão está defasado, e foi ao longo do trabalho utilizado, por força da própria literatura, que ainda vem mantendo a expressão. Na realidade o que acontece é a expulsão sutil, não só da escola, como de todas as outras práticas sociais. O aluno excluído da escola, bem como sua família é lesado também dos seus direitos de emprego, de habitação, de saúde, de lazer e acesso a outros bens culturais.

Vemos nos cursos de Formação de professores uma impotência quanto ao oferecimento de uma capacitação de professores mais adequada as condições concretas da população. Por outro lado, a questão da formação docente demanda uma série de variáveis, que não foram aqui discutidas, mas que podemos apresentar como imprescindível de discussão, as mudanças na constituição social do magistério na sociedade moderna. Outro fator agravante são os baixos salários, que aviltam a categoria, bem como as precárias condições de trabalho..

A escola supostamente “democrática” que temos mostra-se incompetente para fornecer condições efetivos de escolarização regular e de qualidade para todos, pois aos que dependem exclusivamente dela para aquisição dos conhecimentos e habilidades socialmente valorizados, nega-se a cumprir com o seu dever.

Essa situação tende a se perpetuar se nós, professores, pedagogos e sociedade em geral não nos unirmos em prol da defesa da escola pública de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ALVES, João Roberto Moreira "Educação e Desenvolvimento" In: O Globo, 8/Nov/1990. Editorial, p 5.
- 2 - ARROYO, Miguel G. "Fracasso-Sucesso: O Peso da Cultura Escolar e do Ordenamento da Educação Básica" In: Em Aberto, Brasília, Ano II, nº 53, Jan/mar. 1992.
- 3 - BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini e ROCHA, Any Dutra Coelho. Evasão e Repetência no Brasil: A escola em questão. Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1985.
- 4 - COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. "Diagnóstico de Medicalização na 1ª série do 1º grau no Município de Campinas" In: Em Aberto, ano II, nº 53, jan/mar, Brasília, 1992.
- 5 - COSTA, Dóris Anita Freire Diferença não é Deficiência: Em questão a Patologização do Fracasso Escolar. UFMG, Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte 1987.
- 6 - ESPOSITO, Yara Lucia "Desnutrição e Cognição" In: Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, São Paulo, nº 14, 1975, p. 87-95.

- 7 - FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda Novo Dicionário AURÉLIO de Língua Portuguesa, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro,
- 8 - LALANDE, Andre Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, Fontes, São Paulo, 1993, p. 383.
- 9 - GOLDENBERG, Paulete Repensando a desnutrição como questão social São Paulo, Cortez, 1989.
- 10 - PARAHYBA, Maria Isabel Coelho "Uma visão Quantitativa da evasão e repetência no Brasil in: BRANDÃO, Zaia (org) Evasão e Repetência no Brasil: A escola em questão. Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1985.
- 11 - PATTO, Maria Helena S. A Produção do fracasso escolar. Histórias de Submissão e rebeldia. São Paulo, Quero, 1989.
- 12 - "AMERICA, Pesquisa do MEC revela: Brasil tem o pior ensino da" In: O Globo, 9/jul/1995. p. 3
- 13 - VALLA, Victor Vicente e HOLLANDA, Eliane "Fracasso Escolar, Saúde e Cidadania" In: COSTA, Nilson do Rosário (org.) Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde Vozes, Rio de Janeiro, 1989 (Vol II).

BIBLIOGRAFIA

1. - ALVES, João Roberto Moreira "Educação e Desenvolvimento" In: O Globo, 8/nov/1990. Editorial.
2. - ARAÚJO, Maria das Graças Melo de Relações Entre Desempenho No Exame Neurológico Evolutivo E Rendimento Escolar Em Crianças Da 1. Série Em Diferentes Estratos Sociais Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Dissertação de Mestrado, 1983.
3. - ARROYO, Miguel G. "Fracasso-Sucesso: O Peso da Cultura Escolar e do Ordenamento da Educação Básica" In: Em Aberto, Brasília, Ano II, nº 53, Jan/mar, 1992.
4. - AZOUBEL, Lina Maria de Oliveira FOME: Ideologia e Capitalismo . Dissertação de Mestra do, UNICAMP, Campinas, 1988.
5. - BARDELLI, Cristina Crenças Causais de Professoras e Alunos de 1ª a 4ª série sobre o "Mau Desempenho Escolar" do Aluno, Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1986.
6. - BRANDÃO, Zaia "A Formação dos professores e a questão da educação das crianças dasmadas populares" In: Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, 40, São Paulo, 1982.
7. - . BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini e ROCHA, Any Dutra Coelho. Evasão e Repetência no Brasil: A escola em questão. Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1985.
8. - BROZEK, Josef "Nutrição, desnutrição e comportamento" In: Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, 29, São Paulo, p. II-30.

9. - COSTA, Dóris Anita Freire Diferença não é Deficiência: Em questão a Patologização do Fracasso Escolar. UFMG, Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, 1987.
10. - BROZEK, Josef "Nutrição, desnutrição e comportamento" In: Cadernos de Pesquisada Fundação Carlos Chagas, 29, São Paulo, p. II-30.
11. - COLLARES, Cecilia Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso e LIMA, Gerson Zanetta de "Saúde Escolar e Merenda: Desvios do Pedagógico" In: Educação e Sociedade, nº 20, Cortez, 1985, p. 10-20.
12. - COLLARES, Cecilia Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. "Diagnóstico de Medicalização na 1ª série do 1º grau no Município de Campinas" In: Em Aberto, ano II, nº 53, jan/mar, Brasília, 1992.
13. - _____ "Educação ou Saúde? Saúde x Educação? Educação e Saúde! In: Cadernos Cedes, 15, S.P Cortez, 1986.
14. - COSTA, Nilson do Rosário (Org.) Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde. Vozes, Rio de Janeiro, 1989.
15. - DANTAS, Jovelina Brazil, Desnutrição e Aprendizagem, Ática, São Paulo, 1981.
16. - ESPOSITO, Yara Lucia "Desnutrição e Cognição" In: Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, 14, São Paulo, 1975, p. 87-95.-
17. - ESTEBAN, Maria Teresa "Repensando o fracasso escolar" In: Cadernos Cedes, 28, São Paulo, Cortez, 1972.
18. - FARR, Regis O Fracasso do Ensino. Pasquim, Rio de Janeiro, 1982.
19. - GENTILLI, Pablo, Pedagogia da Exclusão, Vozes, Petrópolis, 1995.

20. GOLDENBERG, Paulete Repensando a desnutrição como questão social
Cortez, São Paulo, 1989.
- 21 - GREENBERG, Joal "Alimentação deficiente abala emoções das crianças"
Jornal do Brasil 31/jan/1982.
- 22 - JOSÉ, Elizabeth de Assunção e COELHO, Maria Teresa . Problemas
de Aprendizagem. Ática, São Paulo, 1989.
- 23 - MOYSÉS, Maria Aparecida "Carências Nutricionais" In: Caderno Cedes, 15,
São Paulo. Cortez, 1986.
- 24 - MOYSÉS, Maria Aparecida A; LIMA, Gerson Zanetta de; COLLARES, Cecília
Azevedo L. "Desnutrição, Rendimento Escolar, Merenda: Uma Questão Ar-
tificial In: Valente, Flavio Luiz Schieck (Org.) Fome e Desnutrição - Deter-
minantes Sociais, Cortez, 1986.
- 25 - NASCIMENTO, Virgínia Maria Barroso do O Programa de Merenda Escolar
Áreas Carentes do Município do Rio de Janeiro: A Literatura, a Legislação
e a Política. UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1984.
- 26 - PARAHYBA, Maria Isabel Coelho "Uma visão Quantitativa da evasão e repe-
tência no Brasil in: BRANDÃO, Zaia (org) Evasão e Repetência no Brasil:
A escola em questão, Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1985.
- 27 - PATTO, Maria Helena S. A Produção do fracasso escolar. Histórias de Sub-
missão e rebeldia. São Paulo, Queroz, 1989.
- 28 - "AMÉRICA, Pesquisa do MEC revela: Brasil tem o pior ensino da" In: O Globo,
9/jul/1995. Grande Rio, p. 3

- 29 - POPPOVIC, Ana Maria, ESPOSITO, Yara Lucia; CAMPOS, Maria Machado
Malta "Marginalização Cultural: Subsídios para um currículo Pré-Escolar"
In: Cadernos de Pesquisa - Fundação Carlos Chagas, nº 14, 1973.
- 30 - SANTOS, Helena dos Recuperação Nutricional como Atividade do Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança: Avaliação de Aspectos Operacionais do Impacto Nutricional em uma unidade de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 1990.
- 31 - SILVA, Marina Vieira da Contribuição do Programa de Merenda Escolar: Ciclo Básico, para as Recomendações Nutricional de Escolares da cidade de Piracicaba, Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1991.
- 32 - SOARES, Magda Linguagem e Escola; Uma Perspectiva Social, São Paulo, Ática, 1986.
- 33 - SOBRAL, Fabiana "Mudança de sistema de avaliação de alunos da rede municipal gera polêmica entre pais e professores: Questão cheia de dúvidas"
In: O Dia, 2/jun/1996. Cidade, p.3.
- 34 - VALLA, Victor Vicente e HOLLANDA, Eliane "Fracasso Escolar, Saúde e Cidadania In: COSTA, Nilson do Rosário (org.) Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde, Vozes, Rio de Janeiro, 1989 (Vol II).
- 35 - WANDERLEY, Swani Salgado Desnutrição e Infradotação Mental. Um Enfoque Médico Pedagógico, UERJ, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 1984.

DICIONÁRIO

- 1 - FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda Novo Dicionário AURÉLIO de Língua Portuguesa, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro,

- 2 - LALANDE, Andre Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, Fontes, São Paulo,
1993, p. 383.